

Controles Internos Contábeis nos Processos de Constituição e Realização da Rates em Cooperativas

GLAUCIA MARINA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

ANA LUCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

CECÍLIA MORAES SANTOSTASO GERON

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

LILIANE CRISTINA SEGURA

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

Controles Internos Contábeis nos Processos de Constituição e Realização da Rates em Cooperativas

Introdução

Os processos de controles internos contábeis das cooperativas são fundamentais para divulgar as práticas gerenciais em relação à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES. RATES é uma reserva legal obrigatória que, de acordo com a Lei nº 5.764/71, artigo 28, é constituída com pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas em cada exercício social (BRASIL, 1971). A compreensão acerca de suas formas de utilização pode não ser de total conhecimento dos cooperados, os quais poderiam usufruir desse benefício, além de estendê-lo aos seus familiares.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O recurso pode ser utilizado na cooperativa para fins diversos daqueles para os quais foi criado. Ainda que o uso seja justificável pela gestão, a destinação diversa da RATES significa o descumprimento da Lei das Cooperativas e o descumprimento da destinação dos benefícios aos cooperados e seus familiares pelo RATES representa uma quebra dos princípios do cooperativismo. Essa pesquisa busca identificar e propor controles internos contábeis, no processo de constituição e realização da RATES nas Cooperativas a luz da Lei nº 5.764/71 e a ITG 2004.

Fundamentação Teórica

Um mesmo cooperado pode exercer, simultaneamente, a função de usuário, de beneficiário do recurso e, em alguns casos, de gestor da cooperativa, observando-se o conflito de agência, o cooperado, enquanto administrador do empreendimento, deve conciliar seus papéis de participação tanto no âmbito político quanto econômico, e desses dois, com a capacidade gerencial da cooperativa em realizar suas relações com o mercado.

Metodologia

Trata-se de pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, com objetivo de entender a complexidade que permeia em torno do processo de realização da reserva em realidades específicas das cooperativas, efetuada por meio de análises documentais de cinco cooperativas e entrevistas com cooperados de nível estratégico.

Análise dos Resultados

Por meio de documentos foi analisado o processo de práticas contábeis de constituição da RATES, relacionando-os aos modelos de governança das cooperativas e a conformidade das demonstrações contábeis, se alinhadas com os instrumentos reguladores. Por meio de entrevistas foram auferidos os controles necessários para uma gestão mais eficiente deste recurso na percepção dos respondentes e os motivos que podem levar a cooperativa a ter uma baixa aplicação dos recursos da RATES.

Conclusão

Os dados demonstram a necessidade de ajustes nas Notas Explicativas em relação ao detalhamento do uso do recurso. Que os membros dos conselhos e os empregados que atuam na gestão da cooperativa possuem maior conhecimento sobre a reserva, sua finalidade e forma de aplicação que os cooperados em geral, e que a falta de conhecimento sobre educação cooperativista e de transparência das informações sobre o uso e aplicação do recurso corroboram com o desinteresse do cooperado na participação das decisões da cooperativa no que diz respeito a gestão do RATES.

Referências Bibliográficas

IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da contabilidade. 12^a ed. São Paulo: Atlas. 2021. JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of financial economics, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. LONDERO, Paola Richter; FERRAZ, Luana Zanetti Trindade; SANTOS, Ariovaldo dos. RATES Reserva das cooperativas brasileiras em prol dos cooperados: há incentivo para a sua realização?. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 39, n. 3, p. 19-36, 2020.